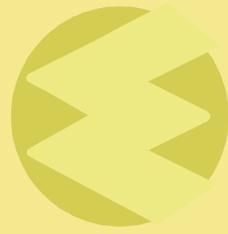




Relatório Anual 2001



Eletros

Relatório Anual 2001

05

Mensagem da Diretoria

08

A Eletros em Grandes Números

10

Fatos Relevantes

13

Situação Previdenciária

17

Situação Financeira

25

Eletros-Saúde

27

Órgãos de Administração e
Fiscalização da Eletros

03

No ano de 2001 a Eletros conviveu com mudanças extremamente significativas no quadro institucional da previdência complementar. A legislação básica que regulamentava este segmento desde 1977 foi substituída por duas novas leis, as leis complementares 108/01 e 109/01, com impactos na forma de regência e com a redefinição das regras gerais que balizam as entidades e os planos, tanto de contribuição definida como de benefício definido. Além disso, julgamento do Supremo Tribunal Federal gerou jurisprudência contrária ao pleito de imunidade das entidades previdenciárias fechadas, levando-as, em sua maioria, inclusive a Eletros, a pagar, com abatimento, impostos federais disputados, com valores provisionados desde 1996.

As mudanças legais ainda incompletas, esperando que se conclua uma longa discussão hoje em curso sobre os decretos que irão detalhar e complementar as novas leis, dificultaram todas as iniciativas da Eletros sobre novos planos previdenciários. Mais ainda, trouxeram exigências de mudanças estatutárias, cujo exame no Conselho de Curadores (CCE) já se iniciou e que deverão, obrigatoriamente, estar concluídas em Maio de 2002.

Do nosso ponto de vista a legislação nova ainda está muito longe de refletir as necessidades do novo ambiente previdenciário e o tratamento fiscal, não diferindo a cobrança de impostos sobre ganhos de capital para o momento em que os participantes efetivamente recebam esses valores, não estimula, como seria desejável, o crescimento da atividade. Estas leis incorporam parte das mudanças ocorridas no passado, mas não apontaram para o novo desenho institucional que claramente já se necessita para o pleno desenvolvimento do segmento.

Para o posicionamento estratégico da Eletros, priorizando a busca de escala para diluição de seus custos e aumento de sua competitividade, a nova legislação ainda não lida como deveria com um ambiente de múltiplos planos e múltiplas patrocinadoras, alocando claramente riscos e responsabilidades, assim como, dá tratamento restritivo desnecessário e não isonômico às entidades com patrocinadoras estatais, além de impedir as entidades fechadas de ampliarem o seu âmbito de atuação para além do restrito conjunto dos empregados diretos das empresas patrocinadoras.

Nesse quadro de mudanças no ambiente externo, as indefinições normativas reinantes prejudicaram o esforço mais marcante de 2001, que foi a consolidação do desenho de um plano de benefícios tipo Contribuição Definida - CD, a ser oferecido como opção adicional e voluntária aos empregados da Eletrobrás, do Cepel e da própria Eletros e a preparação de sua campanha de lançamento.

Apresentado aos participantes e discutido pelo CCE, esse novo plano CD precisou aguardar, ao longo de 2001, que a visão das entidades reguladoras sobre a nova legislação previdenciária se estabilizasse um pouco mais. Sem um quadro minimamente definido, mesmo que ainda não consolidado em decretos, era impossível tentar a obtenção de sua aprovação pelos órgãos reguladores. Vale destacar que, com alguns esclarecimentos técnicos e jurídicos que obtivemos junto à Secretaria de Previdência Complementar, já no início de 2002, acreditamos ser possível retomarmos o processo de busca de aprovação do novo plano, tendo em vista a sua implementação com o nível de segurança necessário.

O plano CD vigente oferecido aos empregados do ONS não foi atingido em nenhum aspecto mais relevante, mas terá, também, que passar por algumas alterações menores para se ajustar às novas leis e decretos assim que estes forem editados. Este plano consolidou-se ao longo do ano e estamos trabalhando em seus aspectos operacionais para uma melhor prestação de serviços aos seus participantes, cujo número, temos a satisfação de registrar, entre dezembro de 2000 e dezembro de 2001 apresentou um crescimento de 329 para 487.

No que se refere aos investimentos, embora prejudicados por um fraco desempenho da bolsa no período, para o plano BD foi possível alcançar-se uma rentabilidade global real de 6,11%, mas que resultou em um déficit da ordem de R\$14 milhões, ou 1,5% do patrimônio. Vale reiterar que em uma perspectiva de longo prazo temos toda a confiança que a parcela de nossos investimentos aplicada em ações apresentará ganhos expressivos. Já o plano CD para o ONS, por decisão de seu comitê de investimentos, face a um ainda reduzido volume de reservas, teve as mesmas concentradas em aplicações de renda fixa e por isso apresentou um rendimento real maior.

É importante destacar que a Eletros, como entidade previdenciária, tem que trabalhar com uma perspectiva de longo prazo para seus investimentos, o que nem sempre é possível compatibilizar com o resultado anual. Dentro de todas as incertezas, temos que buscar opções capazes de gerar valor no futuro, com segurança, em condições de garantir a qualidade de vida de nossos participantes em seu período de aposentadoria.

Em relação às nossas operações financeiras, em 2001 deu-se continuidade aos trabalhos de anos anteriores, onde equipes tecnicamente qualificadas, de operação, de controle e de análise de risco, associadas a criteriosos métodos de trabalho, foram orientadas e dirigidas visando um disciplinado foco na obtenção de valor.

Embora predominantemente conservadora em suas decisões de investimentos, a equipe responsável pela gestão da carteira interna foi, mais uma vez, inovadora na utilização de instrumentos

financeiros sofisticados, disponíveis e operacionalizáveis através de mercados transparentes. Em seqüência às anteriores operações de *hedge* (proteção) e de *collar* (operação estruturada de opções de Ibovespa) sem custos, ambas muito bem sucedidas na proteção da carteira de renda variável, a Eletros realizou em 2001, no mercado futuro, uma operação de *swap* (troca de posições) de rendimentos pós por pré-fixados.

A área financeira também iniciou estudos visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de decisão de investimentos, dentro da nova natureza de fundo múltiplo da fundação, buscando analisar alternativas de alocação e perfis diferenciados de risco mais compatíveis com a realidade de diferentes planos e massa de participantes de cada um deles.

Internamente, a Eletros prosseguiu com um esforço contínuo de construção de seu modelo de gestão que procura combinar princípios gerais de busca da eficiência com a realidade específica da entidade. Após um segundo ano de realização de um programa amplo de metas empresariais e de metas por área, acoplado a um sistema de remuneração variável dependente do cumprimento destas metas, podemos constatar os bons resultados desta prática.

Essa sistemática tem servido a dois eixos, básicos na ação gerencial de qualquer organização, tais sejam o da coordenação e integração das atividades das diferentes divisões e o da geração de incentivos, ambos focados para o alcance dos objetivos estratégicos.

Entre os resultados de natureza organizacional obtidos, reformulou-se toda uma estrutura de normas, procedimentos e sistemas computacionais detentores de conhecimento, redirecionados para responder adequadamente aos novos desafios da Eletros.

O programa anual de metas técnicas e empresariais perseguidas em 2001, foi desenhado, aperfeiçoado e implementado, sob a orientação do CCE, tendo em vista a conquista de níveis crescentes de desempenho e de resultados. Além das 38 metas técnicas internas das áreas, foram estabelecidas pelo CCE 3 metas empresariais, vinculadas: (1) ao atingimento dos níveis de rentabilidade pré-definidos no plano de investimentos; (2) à apresentação de um detalhado projeto de solução institucional visando a continuidade das atividades assistenciais de interesse da Eletros, a serem operacionalizadas através da Fundação Fabes, a ser especialmente constituída para esse fim; e (3) à apresentação de um outro projeto detalhado de reestruturação técnica do Eletros-Saúde e de convergência física e funcional com a Fabes.

As 3 metas empresariais foram integralmente atingidas e já foram iniciadas as providências necessárias para a implementação, na brevidade possível, das duas últimas, relativas à Fabes e ao Eletros-Saúde. Já o índice global de sucesso das metas de área foi de 97,7%.

PARTICIPANTES	31/Dez/01	31/Dez/00
Total de ATIVOS	1.322	1.360
Eletróbrás	667	683
Cepel	361	368
Eletros	84	78
Vesting	165	155
Autopatrocinador	45	76
Total de COMPLEMENTADOS	1.503	1.475
Complementação de Aposentadoria	1.288	1.271
Complementação de Pensão	215	204
Total Geral de PARTICIPANTES	2.825	2.835

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS (R\$ mil)	2001	2000
Contribuições Anuais (patrocinadoras / participantes)	13.119	13.234
Folha de Benefícios	63.180	57.648

BALANÇO ATUARIAL (R\$ mil)	31/Dez/01	31/Dez/00
Reservas Técnicas (Patrimônio)	899.984	835.118
Reservas Matemáticas (Passivo Atuarial)	914.057	814.787
Benefícios Concedidos	602.968	537.131
Benefícios a Conceder	311.089	277.656
(Déficit)/Superávit Técnico	(14.073)	20.331

RENTABILIDADE(%)	31/Dez/01	31/Dez/00
Rentabilidade Real bruta dos Investimentos	7,67	12,51
Rentabilidade Real líquida dos Investimentos	6,11	10,80
Expectativa Atuarial	6,00	6,00

INDICADORES	2001	2000
Contribuições / Folha de Benefícios	20,6%	22,9%
Folha de Benefícios / Patrimônio	7,06%	6,90%
Média de idade dos participantes		
Ativos	44,8	44
Complementados	58	58
Dependentes beneficiários de participantes		
Ativos	2.434	2.537
Complementados	1.405	1.447
Pensionistas	279	270
Benefício mensal médio-Eletros		
Complementação de aposentadoria	3.868	3.282
Complementação de pensão	1.891	1.744
Participação do benefício da Eletros na Renda Global	80%	80%
Patrimônio por participante (em 31/Dez)	R\$ 318.578	R\$ 294.574

PARTICIPANTES	31/Dez/01	31/Dez/00
Total de ATIVOS	487	329
Operador Nacional do Sistema Elétrico	487	329
Total Geral de PARTICIPANTES	487	329

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS (R\$ mil)	2001	2000
Contribuições Anuais (patrocinadora / participantes)	3.114	1.006

BALANÇO ATUARIAL (R\$ mil)	31/Dez/01	31/Dez/00
Reservas Técnicas (Patrimônio)	3.958	916
Reservas Matemáticas (Passivo Atuarial)	3.958	916
Benefícios a Conceder	3.958	916
Benefícios Concedidos	0	0

RENTABILIDADE	31/Dez/01	31/Dez/00
Rentabilidade Nominal dos Ativos (2000 anualizada)	18,96%	18,80%
Rentabilidade Real dos Ativos (2000 anualizada)	8,70%	14,20%

INDICADORES	2001	2000
Média de idade dos participantes ativos	38	37
Dependentes beneficiários de participantes ativos	1.255	809
Patrimônio por participante (em 31/Dez)	R\$8.127	R\$2.784

Resultado do Exercício

A composição diferenciada do patrimônio implicou em rentabilidade distinta entre os planos de benefícios. O Plano 01 (BD – Eletrobrás) apresentou uma rentabilidade nominal de 17,83% no ano, ou 7,67% acima do INPC, situando-se acima do mínimo atuarial, equivalente ao INPC acrescido de 6,00% ao ano. O Plano 02 (CD – ONS), concentrado em renda fixa, apresentou uma rentabilidade de 18,96% ou 8,70% acima do INPC.

Não obstante a boa rentabilidade, o resultado do Plano 01 foi negativo no exercício, fazendo com que ao final de 2001 fosse apurado um *déficit* de R\$ 14,1 milhões. Entre os fatores que contribuíram para este resultado, destacamos os efeitos da provisão para o Imposto de Renda referente ao próprio exercício e aos anos de 1996 e 1997, da ordem de R\$ 16,8 milhões, a reavaliação de alguns imóveis de propriedade da Eletros no montante de R\$ 2,7 milhões e o crescimento das reservas matemáticas acima do mínimo atuarial.

Imunidade Tributária

No mês de novembro de 2001, o Supremo Tribunal Federal – STF manifestou-se sobre a imunidade tributária dos fundos de pensão. Por maioria de votos, o Tribunal manifestou-se contrário à tese da imunidade dos fundos, em julgamento de processo que tinha por matéria de mérito a imunidade ao IPTU. Com isso, todas as ações que forem submetidas a julgamento do órgão máximo do Poder Judiciário, a partir desse julgamento, e enquanto perdurar a atual composição, quer sejam sobre IPTU, IRRF, IOF e outros tributos, deverão ter a mesma sorte do julgamento precedente.

Com isso, a Eletros será tributada a partir de 89, pelo IPTU, e somente a partir de 1996, pelos tributos federais, uma vez que o direito da Fazenda Pública Federal lançar os créditos dos exercícios anteriores a 96 foram atingidos pelo instituto da decadência.

Nova Sistemática de Tributação dos Fundos de Pensão – MP 2222/01

Publicada em setembro, essa Medida Provisória trouxe dois pontos importantes com relação à tributação dos fundos: primeiro, a criação do Regime Especial de Tributação – RET, pelo qual as fundações poderão limitar o imposto incidente sobre os ganhos de suas aplicações financeiras a valor equivalente à aplicação da alíquota de 12% sobre a contribuição das patrocinadoras. Essa opção é mais vantajosa para a Eletros, que com base em decisão

do Conselho de Curadores, tomou a decisão de aderir ao RET, providência efetuada no dia 27 de dezembro.

O segundo ponto importante da MP 2222 é a concessão de uma anistia dos encargos e multas incidentes sobre o imposto provisionado relativo a anos anteriores. Essa anistia representa cerca de 36% do valor provisionado do imposto atribuível aos últimos seis anos, que na Eletros monta a cerca de R\$ 120 milhões.

Esta anistia está prevista no Artigo 5º da Medida Provisória n.º 2222, que facultou às entidades optantes pelo Regime Especial de Tributação (RET), o pagamento ou o parcelamento, até o último dia útil de janeiro de 2002, dos débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, pelo valor do principal, sem a incidência de multa e juros de mora. Para tanto, é condição que a entidade de previdência comprove a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os tributos já citados e renuncie a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações. A Eletros, objetivando preservar seu direito de continuar a discutir judicialmente seu entendimento quanto à incidência tributária, ingressou na justiça com uma Ação Cautelar Inominada no dia 28 de janeiro de 2002. Em 31 de janeiro de 2002, não tendo sido julgada a sua ação, a Eletros optou pelo pagamento da primeira parcela do imposto de renda relativo ao período de janeiro de 1996 a agosto de 2001.

Informática

Ao longo de 2001, a Eletros continuou automatizando os principais processos de negócio da empresa, através do desenvolvimento e implantação de sistemas computacionais, de forma que possam garantir melhores padrões de gestão para a Fundação.

Deu-se continuidade à estratégia adotada anteriormente, de mesclar o desenvolvimento interno de sistemas com a aquisição de sistemas desenvolvidos por empresas de *software*, quando a urgência ou a ausência de experiência interna assim o recomendavam.

Foram desenvolvidas e implantadas novas funcionalidades nos sistemas da área Previdenciária: Cadastro de Participantes, Cálculo de Benefícios do Plano 01 (BD) e Folha de Pagamento de Benefícios do Plano 01. Paralelamente, estes sistemas foram também convertidos para o novo modelo da Base de Dados da Eletros recém implantado.

Além disso, depois de longo processo de customização, foram implantados os seguintes sistemas adquiridos de terceiros: Sistema de Cálculo de Benefício do Plano 02 (CD), Sistema de Controle de Contribuições dos Planos 01 e 02, Sistema de Contas a Pagar e a Receber e Sistema de Controle Orçamentário.

Todos os sistemas implantados compartilham a mesma Base de Dados, dita por isso Corporativa, garantindo a existência de apenas uma versão de uma determinada informação, usada por todos na empresa que precisem dela, e atualizada apenas por um responsável para tal.

Utilizando a mais moderna tecnologia de GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos - disponível no mercado, foi implantado um sistema de informações contendo os principais documentos institucionais utilizados na Eletros, o que será bastante útil no processo de gestão da empresa. Foi desenvolvido ainda o sistema de informações contendo os documentos do cadastro dos participantes que deverá ser implantado no primeiro trimestre de 2002, e que reduzirá significativamente a manipulação de documentos originais dos participantes, aumentando assim os aspectos de segurança em torno de tais documentos.

Usando a mesma tecnologia, já está sendo estudado a utilização dos conceitos de *workflow* nos principais processos de negócio da Eletros.

Como praticamente todos os processos de negócio da Fundação já são executados com apoio de sistemas computacionais, passou-se a dar prioridade à implantação de sistemas voltados especificamente ao participante, garantindo assim melhores padrões de serviço e atendimento.

Deste modo, foi implantada ao longo do ano a *homepage* da Eletros, inicialmente contendo uma série de informações e serviços que acreditava-se bastante úteis aos participantes. Este desenvolvimento deverá continuar e cada vez mais novas facilidades deverão ser incorporadas ao mesmo sistema. A Eletros está atenta às tendências de mudança de plataforma na área de informática e acredita que quaisquer que sejam as opções que venham a dominar o mercado, a expansão de serviços via *web* parece ser inevitável.

Visando conferir maior estabilidade ao Sistema Computacional da Eletros, sabendo agora que quase todos os processos de negócio da empresa dependem de sistemas, foi implantada a tecnologia de *Mass Storage* com a aquisição de um Sistema Clarion de armazenamento de informações da empresa EMC, líder mundial neste setor.

Desta forma, todas as informações residentes nos servidores da Eletros estarão agora absolutamente seguras através de um sofisticado processo de redundância.

Objetivando proteger os dados contra a invasão de piratas da Internet, foi instalado um sistema de *firewall*, que testado recentemente se revelou bastante eficiente.

Foi implantado, também, novo *software* de Correio Eletrônico que, além de mais eficiente e mais fácil de ser utilizado que o anterior, permitirá oferecer logo no início de 2002, facilidade de acesso ao correio via *web*. Esta facilidade possibilitará aos empregados da Eletros terem acesso e enviarem mensagens do correio eletrônico de qualquer estação conectada à Internet.

Destaca-se, nesse exercício, a decretação pelo Congresso Nacional e a sanção pelo Presidente da República, das Leis Complementares n.º 108 e 109, em 29/05/2001. A LC 109 dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, e a LC 108 sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

Com a promulgação das LC 108 e 109, a Lei n.º 6.435/1977, que vigorou até então, foi revogada.

A adequação do plano de custeio à paridade contributiva, entre participantes e patrocinadoras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional n.º 20/1998, implicou na elevação dos percentuais de contribuição dos participantes ativos do Plano 01, em 63,14%, a partir de junho de 2001. As contribuições dos participantes assistidos permaneceram inalteradas, já que o custeio desse segmento é suportado exclusivamente pelos mesmos.

A Diretoria Executiva da Eletros, cujo mandato iniciou-se no último trimestre de 2001, retomou o processo de elaboração e aprovação do novo plano de benefícios previdenciários, desenhado como plano de Contribuição Definida, a ser oferecido aos novos empregados da Eletrobrás, do Cepel e da Eletros (Plano 03), e, alternativamente, aos atuais participantes destas empresas, que poderão migrar de plano com a transferência integral de seus direitos, expressos nas regras de migração, que estão definidas na minuta do Regulamento proposto.

Esse novo plano permitirá o estabelecimento do valor das contribuições em patamares inferiores aos praticados atualmente, caso seja do interesse dos participantes. A opção pelo valor da contribuição, para o plano de Contribuição Definida, poderá ser reformulada, a cada exercício, por iniciativa do participante.

Destaca-se como de grande relevância, a obrigatoriedade, determinada pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Resolução MPAS/CGPC n.º 03, de 19/12/2001, da realização de auditorias atuarial e de benefícios, nas entidades de previdência complementar, com base em 31/12/2001.

A auditoria atuarial compreenderá a análise das hipóteses, parâmetros, regimes, métodos de financiamento, nível de cobertura das reservas e crítica do cadastro de participantes utilizados nas elaborações das avaliações atuariais. A auditoria de benefícios compreenderá a análise do cadastro de participantes, da concessão e da manutenção dos benefícios do plano.

Planos de Previdência da Eletros

A Eletros, como fundo múltiplo, está autorizada a operar planos de previdência distintos, unipatrocinados ou multipatrocinados, contabilizados e avaliados atuarialmente em separado. São dois os planos atualmente em operação.

Plano de Previdência 01

Plano de benefício definido, implantado na constituição da Eletros e oferecido aos empregados da Eletrobrás/Cepel/Eletros, sendo regido atualmente pelo Regulamento 007.

A posição de reservas matemáticas e dos ativos líquidos do plano pode ser visualizada na tabela indicativa do Balanço Atuarial apresentada no quadro Eletros em Grandes Números – Plano 01 - BD. A evolução das reservas matemáticas ao longo do ano de 2001 estão indicadas a seguir:

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	RS MILHÕES
Reservas Matemáticas em 31.12.2000	814,8
Diferença entre os índices de atualização dos benefícios e os provisionados (7,66%-índice da Previdência Oficial e 7,50%-variação da URE)	1,3
Variação da URE entre dez/2000 e dez/2001 (9,07%)	73,9
Juros (6% aa)	53,3
Contribuições (admitindo-se concentradas em junho/2001)	13,1
Juros sobre contribuições (3%)	0,4
Atualização das contribuições (variação da URE de jun a dez - 5,20%)	0,7
Benefícios pagos (admitindo-se concentrados em jun/2001)	-63,2
Juros sobre benefícios (3%)	-1,9
Atualização dos benefícios (variação da URE de jun a dez - 5,20%)	-3,4
Evolução individual da remuneração, entrada em risco e outros fatores	25,1
Reservas Matemáticas em 31.12.2001	914,1

Plano de Previdência 02

Esse plano, patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para os seus empregados, foi implantado em Setembro/2000.

É um plano misto, em que os benefícios programáveis estão desenhados como Contribuição Definida, ou seja, obtidos em função da idade e do saldo da conta individual. Os benefícios de risco, pecúlio por morte ou invalidez permanente, e auxílio doença, sob a forma de Benefício Definido.

A posição das reservas matemáticas e dos ativos garantidores do plano pode ser visualizada no quadro Eletros em Grandes Números – Plano 02 - CD/ONS.

Atendimento a Participantes

O setor de concessão de benefícios atendeu 2.045 consultas. Se forem computadas as solicitações ao cadastro (1.450), ao convênio com o INSS (582) e ao Auxílio-Doença e Acidente do Trabalho (438), este número sobe para 4.515 atendimentos prestados.

A Eletros, em cumprimento a uma de suas metas para o ano de 2001, realizou pesquisa de qualidade no atendimento prestado a seus participantes, obtendo, através de formulário próprio, as seguintes avaliações de seu público alvo:

CONCEITO	%
EXCELENTE	79,20
BOM	15,10
REGULAR	3,80
RUIM	0
EM BRANCO	1,90

Concessão de Benefícios

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	2001	2000
Benefícios	65	141
Complementação de Aposentadorias	29	104
Complementação de Pensões (*)	23	26
Pensões Alimentícias descontadas de Complementações	12	11
Serviços e Benefícios Concedidos pelo INSS (**)	112	150
Aposentadorias	40	62
Pensões por Morte	18	17
Pensões Alimentícias	09	11
Auxílio-Doença	37	53
Acidente do Trabalho	4	0
Salário-Maternidade	4	7

(*) Incluindo 6 adiantamentos

(**) Benefícios do INSS processados pela Eletros, através do Convênio.

Convênios com o INSS

Dando prosseguimento à negociação para a celebração do convênio para fins previdenciários e acidentários nas unidades do Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Florianópolis, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e o INSS, com a interveniência da Eletros, continuam sendo conceituados e detalhados os serviços para processamento do convênio, assim como as propostas para encaminhamento à aprovação do INSS.

Com a interveniência da Eletros, foram renovados os convênios celebrados entre o INSS/Eletróbrás e o INSS/Cepel.

Contribuições e Benefícios

Plano 01

Este plano, implantado desde a criação da Eletros, tem 31 (trinta e um) anos de existência, e é um plano maduro, com um número elevado de participantes complementados. Dessa forma pode-se perceber, como mostra o quadro abaixo, que o volume de contribuições vem se reduzindo a cada ano. Em contrapartida, o volume de recursos destinado ao pagamento dos benefícios vem aumentando a cada ano. Comparando-se o ano de 2001 com o ano de 2000, o aumento foi da ordem de 10,25 %. O equilíbrio atuarial, comprovado pela existência de ativos financeiros, cuja rentabilidade e liquidez vem garantindo o pagamento dos benefícios concedidos nesta fase de maturidade do plano, demonstra que a Eletros vem cumprindo eficientemente o seu papel.

CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS (R\$ mil)	2001	2000	1999	1998
Contribuições Anuais (patrocinadoras e participantes)	13.119	13.234	17.100	17.455
Folha de Benefícios	63.180	57.648	52.728	49.241

Plano 02

Implantado em Setembro de 2000, é um plano recente e no seu início, como é de se esperar, só haverá entrada de recursos, crescentes a cada ano, até o fim do prazo de carência para o início da concessão dos benefícios. O quadro abaixo apresenta as contribuições no período de Setembro a Dezembro de 2000 e Janeiro a Dezembro de 2001.

Para administrar este plano, a Eletros contratou o sistema Sysprev da Mestra, empresa de consultoria em informática com bastante experiência na área de previdência.

O sistema foi adequado às necessidades da Eletros e integrado à base de dados corporativa. Administra o cadastro de participantes, as contribuições previdenciárias dos participantes e da patrocinadora, o saldo de contas individuais, a concessão e pagamentos dos benefícios.

CONTRIBUIÇÕES (R\$ mil)	2001	2000
Contribuições Anuais (patrocinadoras e participantes)	3.114	1.006

Pagamento de Benefícios

Além do processamento da folha de benefícios dos complementados da Fundação, foram também processados, por força dos convênios que a Eletrobrás e o Cepel mantêm com o INSS, os benefícios pagos por esta entidade.

PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DA ELETROS	2001		2000	
	R\$ mil	Nº Benef.	R\$ mil	Nº Benef.
Invalidez	1.350	53	1.263	51
Idade	2.198	40	2.097	42
Tempo de Serviço / Especial	54.308	1.197	49.698	1.174
Ex-Combatente	184	2	172	2
Pensão por Morte	5.140	214	4.418	203
TOTAL	63.180	1.506	57.648	1.472

Em junho de 2001, o reajuste aplicado aos benefícios concedidos até junho de 2000, foi de 7,66%, valor aplicado pela Previdência Social e 7,73%, nos benefícios da Eletros.

Houve também um aumento de 2,3% no número de benefícios pagos pela Fundação.

Seguros

Bradesco Saúde

Em julho de 2001, foi negociada a revisão do prêmio da apólice de seguro saúde, com reajuste de 30%, só aplicados a partir de outubro. Cabe ressaltar que o aumento solicitado inicialmente pela seguradora era de 65%, a partir de abril.

Seguro de vida em grupo dos participantes do ONS

Em agosto de 2001, foi renovada automaticamente a apólice de seguro de vida em grupo, para cobertura do risco de pecúlio por morte natural ou acidental, e de invalidez permanente, para os participantes do plano de previdência do ONS, sem acréscimo.

Seguro de vida em grupo dos participantes da Eletrobrás / Cepel / Eletros

Em dezembro de 2001, conforme cláusula contratual, foi renovada automaticamente, sem aplicação de qualquer reajuste na taxa média da apólice de seguro de vida em grupo, contratada com a Finasa Seguradora.

Conjuntura Econômica

Mesmo com a retração esperada para a economia internacional, o ano de 2001 se iniciou de forma promissora para o país, motivado pela retomada da atividade econômica interna verificada no ano anterior.

A perspectiva otimista, contudo, se reverteu ainda no 2º trimestre, com o aprofundamento da crise argentina e com o racionamento de energia elétrica, e se transformou em pessimismo com os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Estes fatores contribuíram para uma persistente desvalorização do Real frente ao Dólar, que acabou por situar a inflação em nível acima do esperado. Nestas circunstâncias o Comitê de Política Econômica (Copom) promoveu uma série de aumentos nas taxas de juros a fim de recolocar a inflação dentro da meta prevista, o que, a rigor, não ocorreu: o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) encerrou o ano com 7,67% de variação acumulada, contra a máxima prevista de 7,5%. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é a referência para o reajuste dos benefícios da Eletros, apresentou uma variação ainda maior, alcançando 9,44% no ano.

A desvalorização do Real, por outro lado, tornou os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional e reduziu a penetração dos importados no mercado interno, contribuindo decisivamente para que a balança comercial apresentasse o maior superávit dos últimos anos, superando as expectativas.

A combinação de incertezas no cenário interno e internacional frustrou as expectativas de crescimento do país, com as estimativas preliminares para o PIB (Produto Interno Bruto) de 2001 apontando para cerca de 1,51% (em volume), abaixo do nível necessário para promover o efetivo desenvolvimento econômico e social do país.

INDICADORES	2001	2000
IGP-DI	10,40%	9,81%
IPCA	7,67%	5,97%
INPC	9,44%	5,27%
Desvalorização Cambial	18,67%	9,30%
Juros Acumulados (CDI)	17,29%	17,32%
Crescimento do PIB	1,51%	4,36%
Taxa de Desemprego - IBGE	6,83%	7,84%
Balança Comercial	+ US\$ 2,6 bilhões	-US\$ 0,7 bilhão
Déficit Público Nominal	5,30% do PIB	4,49% do PIB

Política de Investimento

O Plano de Investimentos e Aplicações elaborado para o exercício de 2001 para o Plano 01 (BD – Eletrobrás) previa um retorno decrescente para o segmento de renda fixa e mantinha um otimismo cauteloso para o de renda variável. Em decorrência, a estratégia submetida e aprovada pelo Conselho de Curadores para o Plano 01 era de uma desconcentração criteriosa da renda fixa, condicionada ao surgimento de boas oportunidades de investimentos em outros segmentos. Com a mudança de cenário ao longo do ano, e mesmo com a inflação maior do que a esperada, a renda fixa permaneceu como a melhor opção, razão pela qual não foi implementada uma realocação expressiva entre os investimentos.

INVESTIMENTOS (R\$ mil)	31/dez/01	(%)	31/dez/00	(%)
Renda Fixa	640.449	66	539.322	70
Renda Variável	252.050	26	226.773	21
Investimentos Imobiliários	54.551	6	57.749	8
Operações com Participantes	20.154	2	17.177	1
TOTAL	967.204	100	841.021	100

No conjunto, a rentabilidade nominal bruta do patrimônio do Plano 01 alcançou 17,83%, superando em 7,67% a variação do INPC do ano, contra 6,00% reais necessários para o atingimento da meta atuarial.

A política de investimentos para o Plano 02 (CD – ONS) se caracterizou pelo início, em fevereiro de 2001, dos aportes de recursos na renda variável, segmento que ao final do ano representava 2,6% do patrimônio. Por possuir maior parcela em renda fixa, a rentabilidade total atingiu 18,96%, superando em 8,70% a variação do INPC.

Contribuiu de forma decisiva para o bom desempenho dos planos, a gestão dos segmentos de renda fixa e de renda variável, que superaram os respectivos índices de mercado utilizados como referência.

RENTABILIDADE NOMINAL (%)	Nominal		Real	
	2001	2000	2001	2000
Renda Variável ^{(1) (2)}	15,03	16,95	5,11	11,09
Renda Fixa ⁽²⁾	19,88	19,15	9,54	13,18
Investimentos Imobiliários	4,41	11,67	-4,60	6,08
Operações com Participantes	14,47	15,10	4,60	9,33
TOTAL	17,83	17,94	7,66	12,51

⁽¹⁾ Inclui participação em GTD
⁽²⁾ Não considera provisão para IR

Renda Fixa

O desaquecimento da economia americana, a deterioração da economia argentina e o racionamento de energia elétrica no Brasil, provocaram fortes oscilações no mercado de juros.

Apesar do difícil cenário, a Eletros obteve uma rentabilidade nominal de 19,88% frente a uma rentabilidade do CDI, índice de referência, de 17,29%. Cabe ressaltar que o segmento de renda fixa possui uma elevada participação na totalidade de recursos da fundação (aproximadamente 66%) sendo, portanto, decisivo para a rentabilidade global da Eletros.

No início de 2001, a estratégia de alocar parcela dos recursos de renda fixa em títulos pré-fixados, cerca de 8%, não se mostrou tão boa quanto se previa devido aos fatos já citados. Entretanto, a decisão de ampliar o percentual destes títulos de 8% para 30% em junho, compensou não somente a estratégia do início do ano, como também permitiu que fosse atingida uma rentabilidade acumulada superior ao CDI.

Outra importante estratégia foi a de alocar-se 22,3% dos recursos em títulos indexados à variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços). Esta aplicação se mostrou bastante rentável, propiciando uma rentabilidade de 23,41%, a melhor dentro do segmento de renda fixa.

RENTABILIDADE NOMINAL BRUTA (%)	2001	2000
Fundos Exclusivos	18,45	18,10
Fundos Abertos	17,37	17,30
Carteira Própria	21,94	25,50
TOTAL	19,88	19,15
CDI	17,29	17,30

RENDA FIXA (R\$ mil)	31/dez/01	(%)	31/dez/00	(%)
Fundos de Renda Fixa	414.312	65	394.830	73
Créditos Securitizados do Tesouro Nacional	90.490	14	69.140	13
CDB's	71.715	11	64.862	12
Letra Hipotecárias	53.099	8	0	
Debêntures Simples	10.546	2	1.231	0
Caderneta de Poupança	287	0	264	0
Notas do Tesouro Nacional	0	0	8.995	2
TOTAL	640.449	100	539.322	100

Renda Variável

RENTABILIDADE NOMINAL BRUTA (%)	2001	2000
Administração interna ⁽¹⁾	9,59	2,71
Administração externa	3,92	2,23
CSFB Garantia	10,42	6,78
Dreyfus Brascan	-	-3,64
SSB Citi	-5,54	-4,13
Sub-total 1	8,28	2,63
Efeito da proteção de carteira	-	13,14
Sub-total 2	8,28	15,77
Efeito da participação em GTD	6,75	1,18
TOTAL	15,03	16,95
Ibovespa	-9,79	-10,46
IBX	0,15	-0,34

(1) Não inclui participação em GTD

Administração Interna

O mercado brasileiro de ações acompanhou o fraco desempenho dos mercados internacionais, refletindo o cenário instável da economia mundial e as dúvidas quanto ao impacto do racionamento de energia no desempenho das empresas.

Neste contexto, a carteira administrada pela Eletros conseguiu alcançar a rentabilidade de 9,59%, enquanto a rentabilidade do IBX, índice de referência, foi de apenas 0,15%.

Duas estratégias em diferentes setores, Energia Elétrica e Telecomunicações, contribuíram para o bom desempenho.

No setor de Energia Elétrica optou-se por concentrar nossas participações em ações de empresas geradoras. Destacam-se as ações da Gerasul que propiciaram uma rentabilidade de 52,00%, frente à rentabilidade de 9,47% do IBX- Elétrico, índice do setor de energia elétrica.

Já no setor de Telecomunicações, o processo de reestruturação societária ocorrida nas empresas da Telemar proporcionou bons ganhos nas ações da Telerj e da Telemig, empresas envolvidas e beneficiadas nesta reestruturação. Enquanto as ações da Telemar obtiveram rentabilidade negativa de 12,80%, a carteira de telecomunicações apresentou rentabilidade positiva de 3,95%.

A rentabilidade de cada um dos setores que compuseram a carteira da Fundação em 2001 é apresentada a seguir:

SETOR	Participação na carteira (%) (1)	Rentabilidade (%)	Rentabilidade (%) IBX – setorial (2)
Fertilizantes	2,10	30,25	30,25
Siderurgia	0,86	26,94	8,89
Petróleo	17,20	15,91	16,14
Bancos	1,68	15,43	10,16
Energia Elétrica	44,04	11,91	9,47
Telecomunicações	25,19	3,95	-16,83
Saneamento	1,94	-23,26	-23,26
Outros	6,99	-	-
Rentabilidade Total	100,00	9,59	

Administração Externa

Em 2001, o atual processo de gestão terceirizada na renda variável completou dois anos. O mandato está orientado para a superação do Índice Brasil (IBX) acrescido de 2% ao ano. A avaliação deste período é positiva, fundamentada pelo bom desempenho apresentado e pelo pleno entendimento do mandato por parte dos gestores.

Em julho, o número de gestores foi reduzido para dois, permanecendo somente o CSFB Brasil (Credit Suisse) e o SSB Citi (Citibank). O destaque de desempenho ficou novamente por conta do Credit Suisse, razão pela qual foi transferida para este a gestão dos recursos do administrador substituído.

Desempenho da Administração Terceirizada em 2001

GESTOR	Patrimônio em 31/Dez/01 (R\$ mil)	Rentabilidade Nominal (A)	Variação do IBX + 2% (B)	Diferença (A) - (B)
CSFB Brasil	35.893	10,42%	2,13%	8,12%
SSB Citi	9.057	- 5,54%	2,13%	-7,51%
TOTAL	44.950	(*) 3,92%	2,13%	1,75%

(*) Considera os impactos da rentabilidade da gestão do Dreyfus Brascan até julho.

Avaliação de Risco

Na avaliação estratégica do risco associado aos planos, a Eletros se baseia no cenário macroeconômico e nos seus impactos sobre o desempenho dos investimentos. A conjuntura de 2001 se deteriorou em relação ao cenário esperado, tendo atingido o seu pior momento em 11 de setembro, com os ataques terroristas nos EUA. Nesta ocasião, o segmento de renda variável absorveu fortemente o risco associado à conjuntura, fato que influenciou negativamente a rentabilidade dos planos, empurrando-a para o intervalo inferior da curva esperada para o ano. Os impactos foram diferenciados sobre os planos, sendo mais sentido no BD - Eletrobrás, cuja participação na renda variável era relativamente maior. Com a recuperação posterior do segmento, a rentabilidade do plano acumulada no ano superou a meta atuarial, fato que no Relatório Anual de 2000 associava-se a uma alta probabilidade de ocorrência (86%).

A partir de 2002, a Resolução nº 2.829 tornará obrigatório, para todos os fundos de pensão do país, o cálculo do valor em risco (VaR) diário dos segmentos de renda fixa e de renda variável, procedimento que a Eletros já vem adotando há algum tempo. Estendendo o conceito de VaR para o horizonte de um ano, e considerando a alocação dos segmentos existente em 31/12/01, são de 85% as chances da rentabilidade do Plano BD - Eletrobrás superar a variação do INPC acrescida de 6% em 2002, enquanto para o Plano CD - ONS tal probabilidade é de praticamente 100%, mesmo considerando aqui um aumento da participação do segmento de renda variável para 9% do patrimônio.

Imóveis

No exercício de 2001 foram adquiridas 31 vagas de garagem no Ed. Mario Bhering, as quais foram locadas ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Visando manter os imóveis de sua propriedade em bom estado de conservação a Eletros realizou vistorias semestrais, e constatou que em nenhum deles havia maiores problemas além do desgaste natural, cuja manutenção foi providenciada pelos locatários.

Durante o ano de 2001 continuaram as providências para permuta de parte das lojas C,D e E, por parte Loja A (Loja Âncora), do Ilha Plaza Shopping. Esta permuta tem por finalidade auferir maiores receitas do empreendimento, visando a maior rentabilidade do patrimônio da Eletros.

Desde Maio/01 as receitas do Ilha Plaza Shopping vêm sendo investidas nas obras para instalação das Lojas Americanas. Este investimento, com retorno previsto para 5 anos, aproximadamente, tem por finalidade auferir melhores receitas para o Shopping.

Os resultados da operação do World Trade Center SP, embora não tenham sido os esperados, em boa parte devido aos acontecimentos no WTC NY, foram melhores que em 2000.

Quanto aos 17º e 18º andares do Ed. Mercantil de SP, os mesmos ainda permanecem desocupados, embora tenham sido oferecidos para compra ou locação durante o ano de 2001. Alguns interessados surgiram, porém nenhuma negociação foi realizada.

Nos termos da Resolução nº 2324/96 do Conselho Monetário Nacional, em Dez/2001 a Eletros efetuou a avaliação do World Trade Center SP, Ed. Mercantil de SP, Ed. Metropolitan Center, Ed. Belacap, Herm Stoltz, Vital Brazil e apurou um impacto negativo da reavaliação destes imóveis na Carteira imobiliária de aproximadamente 5%.

IMÓVEIS	PAVIMENTO	ÁREA (m2)	31/dez/01	31/dez/00
			2001	R\$ mil
Locados à Patrocinadora				
Eletrobrás				
Vital Brazil	25º ao 28º	1.320	1.682	1.195
Herm. Stoltz	7º ao 13º	6.741	8.750	10.371
Subtotal		8.061	10.432	11.566
ONS				
Mario Bhering	Loja e Pavimentos	8.549	11.987	12.226
Subtotal		16.610	22.419	23.792
Locados a Terceiros				
Belacap	Loja	1.035	3.320	3.040
Belacap	2º ao 12º	11.471	11.500	13.713
Mario Bhering	Vagas	496	338	0
Subtotal		12.506	15.158	16.753
Desocupados				
Mercantil de São Paulo	17º e 18º	920	900	1.142
Uso Próprio				
Metropolitan Center	6º e 7º	960	1.240	840
Mercantil de São Paulo	20º	460	450	558
Subtotal		1.420	1.690	1.398
Total de Prédios		31.456	40.166	43.085
Empreendimentos				
Ilha Plaza Shopping Center		1.943	2.781	2.713
World Trade Center SP		6.075	9.940	9.990
Subtotal		8.018	12.721	12.703
Valores a Receber			1.663	1.957
TOTAL		39.474	54.551	57.745

Operações com Participantes

SALDO DAS OPERAÇÕES	31/dez/01	31/dez/00
COM PARTICIPANTES		
Empréstimo Financeiro	16.809	14.666
Empréstimo Financeiro de Emergência	256	157
Empréstimo <i>vesting</i>	3.089	2.354
TOTAL	20.154	17.177

As taxas de juros praticadas pela Eletros para atualização dos saldos devedores dos Empréstimos Financeiros, contratados a partir de 1º de outubro de 2000 foram as seguintes: 1,38% em Janeiro, 1,31% em Fevereiro, 1,24% em Março, 1,19% em Abril, 1,19% em Maio e 1,43% em Junho. Para os empréstimos contratados anteriormente, a taxa foi de 1,15%, até Junho de 2001. A partir de Julho de 2001, a taxa foi alterada para 1,01%, aplicável a toda a carteira de empréstimos. A amortização mensal continuou, em caráter excepcional, calculada com o percentual de 8% sobre a remuneração mensal, até Maio de 2001 e 3% a partir de Junho de 2001.

Operações com Patrocinadoras

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	31/dez/01	31/dez/00
Cronograma de Recebimento		
Vencendo em 2001	-	28.671
Vencendo em 2002	24.550	18.336
Vencendo em 2003	20.084	18.235
Vencendo em 2004	20.108	18.390
Vencendo de 2005	17.441	15.823
Vencendo de 2006	17.341	17.062
Vencendo de 2007	1.864	1.706
Vencendo de 2008	1.640	1.501
TOTAL	103.028	119.724

Resolução 2.829/01

A Resolução CMN-2.829/01, de 31/03/2001, determinou que os fundos de pensão implantassem novos controles para seus investimentos, de forma a facilitar a fiscalização sobre os rendimentos de cada um de seus Planos de Benefícios.

Alguns desses controles, como a terceirização da custódia dos títulos e valores mobiliários da Fundação e a contratação de auditoria sobre procedimentos, a Auditoria de Gestão, impactarão diretamente sobre os custos da Eletros.

Foi efetuado um extenso trabalho para se efetuar as citadas contratações, de forma a se obter o melhor custo/benefício. Dessa forma, passa a ser função da Citibank DTVM, a centralização da custódia dos ativos da Eletros.

Procurando obter o máximo de proveito da contratação do custodiante, e de forma a não onerar mais a folha de pagamentos com a contratação de pessoal para atender às novas exigências legais, a Eletros contratou, além do serviço de custódia, o controle dos ativos, em relação aos diversos segmentos e ao enquadramento legal, a precificação a mercado e o cálculo de risco (VaR), tanto das nossas carteiras próprias, quanto das carteiras administradas por terceiros.

Tal contratação não “substitui”, mas “acrescenta” os custos já existentes, uma vez que mesmo tendo terceirizado o serviço de controle e custódia das carteiras de investimentos, a Eletros continuará mantendo controle de todas as movimentações realizadas pelos contratados, através de seus sistemas internos.

A contratação de nova auditoria de gestão, que tratará da verificação dos controles internos e tratamento de cada um dos planos de benefícios da Fundação, foi realizada através de uma concorrência entre cinco auditorias de renome, dentre as quais a Pricewaterhouse Coopers, que já vem realizando as auditorias contábeis, e que apresentou a melhor proposta.

Os custos agregados com estas contratações são os seguintes: Custódia Citibank: R\$ 115 mil /ano(*) aproximadamente e Auditoria de Gestão: R\$ 11 mil /ano.

Enquadramento (Resolução nº 2324/96)

ATIVOS	R\$ MIL	GRUPO(%)	TOTAL (%)	Limite Máximo de Aplicação(%) ⁽¹⁾
CDB	65.171	10,4		
Quotas Fundo Invest. Financ. Renda Fixa	361.054	57,4		
Fundo Aplicação Fdo. Invest. Renda Fixa	57.487	9,2		
Debêntures N. Conv. (Títulos de Empresas)	7.892	1,3		
Poupança	285	0,0		
Créditos Securitizados do T. Nacional	84.785	13,5		
Letras Hipotecárias	51.214	8,2		
Renda Fixa	627.888	100,0	67,5	80
Renda Variável	226.574		24,3	50
Imóveis	56.158		6,0	16
Empréstimos aos Participantes	20.066		2,2	3
Outros Investimentos (IR a Pagar)	-95		0,0	0
Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	930.591		100,0	

(*) Percentual do total de recursos garantidores.

Observação:

(1) O enquadramento foi feito com base no princípio da média móvel dos últimos 3 (três) meses. Por esse motivo os valores constantes desse quadro não conferem com os saldos das respectivas contas, demonstrados em outros capítulos deste relatório. (2) Recursos Garantidores correspondem aos investimentos totais, adicionando-se a esses os valores a receber e subtraindo-se os valores a pagar. (3) Para efeito do enquadramento, as disposições da RES. 2829/01 vigoram a partir de janeiro de 2002.

Fundos Geridos pela Eletros - em milhares de reais

FUNDOS GERIDOS PELA ELETROS (R\$ mil)	FUNDO ADMINISTRATIVO	FUNDOS ASSISTENCIAIS	FUNDO ELETROS-SAÚDE	FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMOS
SALDO EM 31/Dez/00	40.564	14.225	1.812	0
Receitas				
Rentabilidade do Fundo	4.864	2.204	185	3
Sobrecarga administrativa	482	-	-	
Comissões de seguros	557	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	6.384	
Taxa de Administração	-	-		
Convênio de Reciprocidade			49	
Prêmio de Seguros <i>vesting</i>				3
Taxa de Concessão / Renovação				10
Taxa Prestamistas				129
Total de Receitas	5.903	2.204	6.618	145
Despesas				
Convênio e Reembolsos Médicos	-	-	6.779	
Pessoal e encargos	4.277	288	358	
Serviços de Terceiros	1.256	100	26	
Depreciação / Amortização	108	7	10	
Despesas Gerais	1.516	141	116	
Tratamento Psicopedagógico	-	94	-	
Contingencial	1.507	288	-	
Despesas Médicas	-	117	-	
Sinistros de Empréstimos				100
Total de Despesas	8.664	1.035	7.289	100
SALDO EM 31/Dez/01	37.803	15.394	1.141	45

Em 01/10/2001 foi substituído o Seguro de Vida em Grupo de Prestamistas com cobertura de Pecúlio por Morte, cujo contrato com a Bradesco Seguros encerrou-se em 31/08/2001, por um seguro feito pela própria Eletros (Fundo Garantidor dos Empréstimos), para quitação do saldo devedor dos empréstimos de participantes em caso de morte.

Quantidade Média de Usuários

O quantitativo de titulares praticamente não sofreu alteração (1,8%), apesar de uma redução na quantidade total de usuários (titulares + dependentes) de -4,26%. Houve um crescimento de

19,2% na categoria de vinculados menores de 50 anos, em contrapartida a uma queda acentuada na categoria de Ativos e na de Vinculados > = 50 anos.

CATEGORIAS	1999			2000			2000/1999 Variação
	Titulares	Dependentes	Total	Titulares	Dependentes	Total	
Ativo Eletrobrás / Cepel	658	1.478	2136	805	1.840	2.645	(19,24)
Aposentados / Pensionistas	1.095	1.403	2.498	1.037	1.470	2.507	(0,36)
Ex-empregados	107	251	358	69	164	232	54,31
Fundação	93	126	219	83	116	199	10,05
Vinculados > = 50 anos	216		216	263		263	(17,87)
Vinculados < 50 anos	863		863	724		724	19,20
TOTAL	3.032	3.258	6.290	2.979	3.589	6.568	4,26

Custo Total de Utilizações

O quadro abaixo demonstra que, mesmo com uma pequena redução no quantitativo de usuários, o custo médio sofreu um crescimento bem

acima dos índices inflacionários, em consequência do aumento de utilizações e/ou procedimentos mais complexos.

TIPO DE TRATAMENTO	Custo de Utilizações (R\$)		Variação (%)2001/2000
	2001	2000	
Consultas	1.077.177,82	1.037.236,87	3,85
Exames	970.837,64	830.525,53	16,89
Atendimento Ambulatorial	179.969,43	162.192,49	10,96
Tratamentos Seriadados	26.307,98	27.577,75	(4,60)
Internações	3.370.702,89	2.685.280,83	25,53
Odontologia	400.065,21	363.788,78	9,97
Farmácia	455.673,10	392.059,89	16,23
Outros	89.945,66	79.362,97	13,33
Total	6.570.679,73	5.578.025,11	17,80
Quantidade de usuários em 31/12	6.290	6.570	(4,26)
Custo médio anual por usuário	1.044,62	849,01	23,04

Comparativo de Receitas de Mensalidades x Custos de Utilizações

Os quadros abaixo demonstram, por categorias, os resultados deficitários ou superavitários.

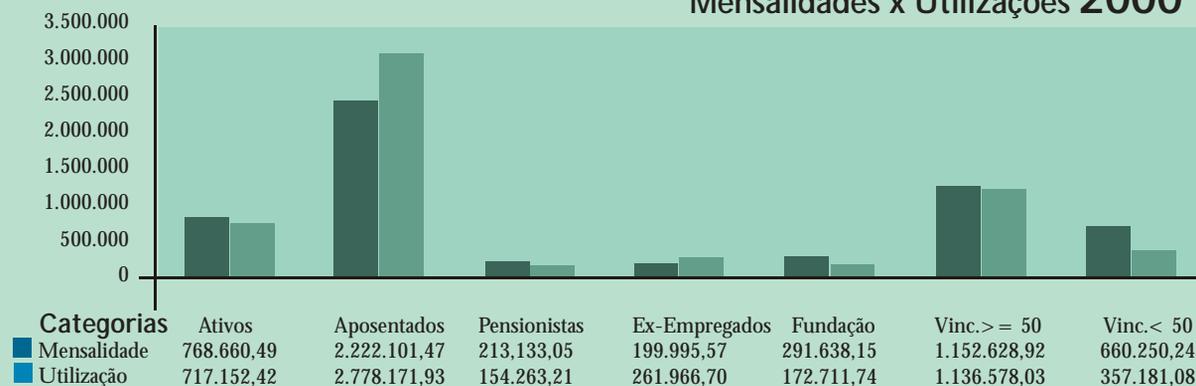
Valores em reais

Mensalidades x Utilizações 2001



Valores em reais

Mensalidades x Utilizações 2000



Diretoria Executiva

Presidente

Diretor Financeiro

Diretor de Benefícios Previdenciários

Rudérico Ferraz Pimentel

Benni Faerman (até 31/10/01)

Marcio Cavour (a partir de 01/11/01)

Luiz Eyer de Araújo (até 30/09/01)

Jack Nottingham Steiner (a partir de 01/10/01)

Assembléia de Patrocinadoras

Patrocinadora

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Representante

Breno Pinto Figueiredo - Presidente

Márcio Antonio Guedes Drummond

Heitor Gontijo de Paula

Rudérico Ferraz Pimentel

Conselho de Curadores

Efetivos

Jorge Amilcar Boueri da Rocha - Presidente

Rodrigo Madeira Henrique de Araujo

João Luiz Mazza Cerqueira

Antonio da Costa Cerveira

José David Langier

Marcelo Marrocos de Araujo

José dos Santos Maia

Petrônio Martins P. Neto

Suplentes

Paulo Roberto de Holanda Sales

João Paulo Pombeiro Gomes

Maria Paula de Souza Martins

Roberto Brochado

Maurício Joseph Marques Filho

Dalton de O. Camponês do Brasil

Marcos Huber Mendes

Conselho Fiscal

Efetivos

Ari Barcelos da Silva - Presidente

Arlindo Soares Castanheira

Carol Sampaio Diogo Vieira

Suplentes

Aloysio Marques Pereira

Luiz Augusto P. de Andrade Figueira

Pedro Paulo da Cunha

*Estas informações também estão
disponíveis em formato digital:*

www.eletros.com.br

Coordenação Editorial

Comunicação Social - Eletros

Design Gráfico e Produção Gráfica

Dixt Design & Marketing



Eletros

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

Rua Uruguaiana, 174 5º, 6º e 7º andares
Centro Rio de Janeiro
CEP 20050-092
Tel 21 3806 4700
Fax 21 2509 2897
www.eletros.com.br